



Docência em Avaliação Psicológica: a formação no Brasil

Teaching in Psychological Evaluation: formation in Brazil

Leonardo Augusto Couto Finelli*, Samuel Rocha Freitas**, Renata Lopes Cavalcanti**

*Prof. Adjunto das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE, e da Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI, **Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI

Resumo

No Brasil a formação em Psicologia é regulamentada por legislação que impõe parâmetros mínimos como a carga de 4050 horas. Não obstante, não há muita determinação sobre quais seriam os conteúdos mínimos. Os custos de manutenção levam a organização de matrizes econômicas, reduzindo gastos com formação específica em laboratórios e práticas. Da análise de 767 matrizes, observou-se uma variação de 974 horas à 9700 horas por curso. Focando na carga horária de avaliação psicológica tem-se de 36 horas à 640 horas, com média de 257,11 horas. Tal parece pouco para a capacitação quanto à atribuição exclusiva do psicólogo.

Palavras chave: Ensino, Ensino de Psicologia, Docência em Psicologia, Formação profissional

Abstract

Training in Psychology, in Brazil, is regulated by legislations that imposes minimum parameters such as workload 4050 hours. Nevertheless, there isn't determinations on what should be the minimum content. Maintenance costs lead the organizations to economic curriculums, reducing costs on specific training in practices and laboratories. From the analysis of 767 curriculums, verified a change from 974 to 9700 hours per course. Focusing on the workload of psychological evaluation it has 36 to 640 hours, with an average of 257.11 hours. This seems little to train as the exclusive Psychologist assignment granted by law.

Keywords: Education, Psychology Teaching, Psychology Instruction, Staff Development.

A Psicologia adquiriu no final do século XIX o status de ciência, primeiro na Europa e em seguida nos Estados Unidos. Com o início do século XX, a ciência emergente seguiu seu desenvolvimento no campo da teoria, da pesquisa e da prática, perpetrando seu potencial de aplicação técnica (MITSUKO, 1998 *apud* JUNIOR; CATARINI; PRUDENTE, 2006).

A disseminação do conhecimento psicológico no Brasil se consolida por volta dos anos 1920-30 com muitas publicações visando à adaptação dos testes psicológicos à realidade brasileira. Data do mesmo período a produção dos primeiros manuais didáticos para o ensino de psicologia na formação de professores em Escolas Normais (VILELA, 2012).

No final dos anos 1940, com os nomes de psicologista e psicotécnico os primeiros psicólogos atuando como profissionais exerciam funções como psicodiagnóstico infanto-juvenil e orientação vital em importantes centros brasileiros. São criadas as primeiras associações de

Psicologia, dentre elas a Associação Brasileira de Psicotécnica (hoje de Psicologia Aplicada), juntamente com os primeiros periódicos - a psicologia caminha para institucionalizar-se. A regulamentação da profissão “tem como disparador o pré-projeto de currículo elaborado pela Associação Brasileira de Psicotécnica e publicado nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica em 1954” (VILELA, 2012, p. 38).

Tendo em vista o ambiente propício, a psicologia como profissão tem início formal com a promulgação da lei nº 4.119, no dia 27 de agosto de 1962. Tal dispositivo legal dispõe sobre a formação e regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil (BRASIL, 1962). São garantidos os direitos aos diplomados, bem como as condições para o funcionamento dos cursos.

O art. 13, parágrafo 1º da referida legislação, determina como função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivos diversos. No parágrafo 2º delibera que “é da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências” (BRASIL, 1962).

A lei nº 4.119 marcou a história da psicologia no Brasil, inaugurou um mercado específico de atuação para o psicólogo ao demarcar tarefas e atribuições que lhe são exclusivas (BRASIL, 1962). Diante disso, qualquer indivíduo sem titulação de Psicólogo flagrado no exercício de tais atribuições está sujeito a punições por exercer ilegalmente a profissão.

A busca por uma formação adequada e regulamentada faz-se necessária frente aos desafios da profissão que se inaugura em 1962. É preciso oferecer um conjunto diverso de conhecimentos, bem como habilidades, atitudes e procedimentos estritamente relacionados com a qualidade dos serviços prestados (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007). As modificações estabelecidas em lei deram origem a uma série de discussões significativas para a regulamentação da profissão. Essas contemplavam, principalmente, o currículo do curso, as disciplinas e técnicas lecionadas, as características da formação básica e especializada, bem como a relação entre a formação e o exercício profissional (BATISTA, 2010).

A história da avaliação psicológica remonta ao reconhecimento da psicologia científica, em 1979, com a criação por Wilhem Wundt do Laboratório de Psicologia Experimental na Universidade de Leipzig. Deste laboratório surge o primeiro centro internacional para formação de psicólogos - com perfil experimental, treinados e orientados pelo próprio Wundt (ARAÚJO, 2009). Dada tal situação histórica, a formação em

psicologia, diversificou-se e inseriu-se em diversos campos de atuação. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, distingue, nos dias atuais, pelo menos 11 áreas de especialização profissional: Psicologia Escolar/Educacional; Organizacional e do Trabalho; do Trânsito; Jurídica; do Esporte; Clínica; Hospitalar; Social; Psicopedagogia; Psicomotricidade; e Neuropsicologia. Sendo que a atuação profissional não se restringe apenas a esses campos (CFP, 2007).

A avaliação psicológica incrementa um conjunto de habilidades principais para o psicólogo, sendo vista como uma área básica de formação em psicologia, como a psicologia clínica e a psicologia educacional (NUNES *et al.*, 2012). No entanto, “pouco se tem produzido para nortear o processo de ensino e aprendizagem para além do uso e do manuseio dos testes” (NORONHA *et al.*, 2005, p. 4), desta feita, Noronha e Alchieri (2004) apontam um problema no ensino da avaliação psicológica que baseia-se demasiado na instrução de testes psicológicos, o que pode incorrer em impasses na futura atuação profissional. Noronha (2006) adverte que a prática em avaliação psicológica tem se desvinculado da solidez teórica; apresenta carga horária insuficiente, inflando as disciplinas de conteúdos para absorver o máximo de temas.

Para a realização da avaliação psicológica o psicólogo lança mão de diversos recursos. Sabe-se que os testes psicológicos são apenas uma das técnicas de avaliação. As Entrevistas, Dinâmicas e Observações também podem ser empregadas. A avaliação deve basear-se num processo integrado, englobando as técnicas apropriadas para realizar o diagnóstico pretendido pelo profissional e amparar suas intervenções (PASQUALI, 2001).

A escolha do instrumento a ser utilizado é livre e deve ser feita levando em conta a linha teórico-técnica adotada pelo profissional (FINELLI, 2013; PASQUALI, 2001). Ao psicólogo cabe compreender o alcance de um processo avaliativo e dominar os conhecimentos que tornem possível escolher as melhores circunstâncias para a avaliação, quais os instrumentos mais apropriados, e, ainda, interpretar, de forma contextualizada os dados alcançados. (NORONHA; REPPOLD, 2010).

Na história da Avaliação Psicológica na Europa e nos Estados Unidos ao longo do século XX alternaram-se períodos de grandes avanços e entusiasmo com outros em que a área recebeu inúmeras críticas tanto dos espiritualistas quanto dos materialistas e sofreu imenso declínio (décadas de 1950, 1960 e 1970). Em parte, credita-se esse período de ostracismo a precariedade do material editorial, que não dispunha da cientificidade necessária. Juntamente, a desqualificação docente e baixa qualidade de ensino, além do desconhecimento dos críticos tanto em relação à avaliação psicológica, quanto a termos gerais da psicologia como “inteligência”, “personalidade” e “natureza humana”. Esse contexto acaba por agravar o argumento dos críticos. Aliada a isso, uma onda de radicalismo, fruto da popularização das teorias humanistas e existenciais, diminuiu o interesse pela avaliação psicológica. No entanto, a partir década de 1970 houve a criação de diversos métodos de avaliação, obedecendo as mais diversas finalidades e integrando o viés mercadológico, que aqueceu as

publicações e impulsionou a criação de diferentes instrumentos para avaliar os mais diversos construtos (MUCHIELLI, 1978; PASQUALI, 2001).

Nos anos 1980 uma série de processos judiciais contrários às decisões tomadas por psicólogos que se baseavam na psicometria, engrossou as posturas críticas contrárias à avaliação. O período de defasagem da Avaliação Psicológica, no Brasil, perdurou até o final dos anos 1990, culminando numa reação da sociedade através de reportagens que denunciavam a prática abusiva e indiscriminada da testagem. Diante disso, o Conselho Federal de Psicologia passa a investir em comissões para estudar a questão, com vias a melhorias e regulamentação da atuação profissional. Paralelamente, pesquisadores e profissionais da área se enviam na construção de instrumentos confiáveis, dando nova ênfase à pesquisa e adaptação à realidade brasileira dos instrumentos já existentes (PASQUALI, 2001).

Para Noronha e colaboradores (2010) desde a regulamentação da profissão a preparação do profissional em psicologia é questionada. Yukimitsu 2002 (*apud* Noronha *et al.*, 2005) assinala que a carência na formação é fruto do planejamento curricular e da qualidade do ensino ofertado. Um fator relevante é o direcionamento do foco das matrizes curriculares para a formação em massa, bem como a redução da carga horária das matrizes curriculares visando atender as políticas de mercado – mais graduados em menos tempo.

Se por um lado a formação em psicologia amplia suas áreas de especialização - as áreas emergentes; estimulando a pesquisa, a produção científica, aumentando o volume de bibliografia e conduzindo ao aprimoramento técnico, Carvalho e Sampaio (1997) indicam que a formação generalista em psicologia carece de ser repensada, se o intuito é angariar práticas novas à profissão. Os cursos de graduação, afirmam os autores, ao ofertar técnicas baseadas em uma formação científico-metodológica destinada às intervenções do psicólogo em geral dão privilégio a conhecimentos genéricos sem foco nas áreas de atuação específicas. A discussão segue em debates ocorridos em Congressos e Encontros na área, Bastos e Gomide (1989) em pesquisa realizada pelo CFP concluem que mais de 50% dos entrevistados estão insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos na graduação. Logo, “uma reforma curricular que visaria, entre outras coisas, fazer face às demandas crescentes em novas áreas de atuação, não poderia deixar de considerar esta insatisfação com a formação básica” (CARVALHO; SAMPAIO, 1997, p. 16).

Um debate atual contempla a criação de uma 12ª área de especialização em psicologia, a Avaliação Psicológica. Seus defensores pontuam que o título de especialista fomentaria uma perspectiva de maior regulamentação sobre o campo. Avaliar é imprescindível em diversas situações de atuação, o que cria uma demanda de maior formação específica quanto à construção e a utilização de instrumentos de avaliação. Considera-se que um profissional especialista terá melhor desempenho no que diz respeito à seleção e à utilização dos instrumentos mais adequados. Bem como à investigação dos processos psicológicos, fundamentando os sujeitos envolvidos no processo de

tomada de decisão (FINELLI, 2013; NORONHA; REPPOLD, 2010).

Segundo Finelli (2013), os antagonistas à proposta ao título de especialista em Avaliação Psicológica percorrem o mesmo caminho que seus opositores ao considerar a melhoria na formação profissional uma maneira de capacitar, ética e tecnicamente, os psicólogos em qualquer campo. Afirmando que a avaliação psicológica é utilizada em todas as áreas de atuação e não deve constituir-se como um campo específico.

A Avaliação Psicológica é “um exame de caráter compreensivo efetuado para responder questões específicas” e responder “quanto ao funcionamento psíquico adaptado ou não de uma pessoa durante um período específico de tempo ou para prever o funcionamento psicológico da pessoa no futuro” (NORONHA; ALCHIERI, 2004), de modo que, segundo o CFP (2003):

[...] é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos (p. 3).

Diferenciando-se, portanto, por seu caráter de investigação processual dos testes psicológicos; esses últimos são entendidos pelo CFP (2003) como:

procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos”, além de constituir “um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe O § 1º do Art. 13 da Lei no 4.119/62 (p. 2).

Tomando como partida a primeira década de 2000, o Conselho Federal de Psicologia, através de normativas e resoluções, traz novas diretrizes para regulamentar a produção, o uso e a comercialização dos instrumentos de avaliação. As resoluções do CFP nº 25/2001, nº 02/2003, nº 07/2003, nº 06/2004, nº 01/2009, nº 05/2012 (CFP, 2001; 2003a; 2003b; 2004; 2009; 2012) versam ainda sobre as condições da prática da testagem e a elaboração dos documentos e laudos psicológicos dela derivados. A produção avança na década seguinte com complementações à legislação com as normativas nº 01/2010 e nº 05/2012 (CFP, 2010; 2012). Essas ações do Conselho Federal de Psicologia favoreceram o reconhecimento da sociedade no que tange a atuação e o prestígio social da Psicologia (FINELLI, 2013).

Permanece o interesse sobre como tem sido a formação daqueles que se valerão dos testes psicológicos, de forma que as observâncias das resoluções do Conselho Federal de Psicologia sejam asseguradas nas práticas avaliativas (FINELLI, 2013; NORONHA; REPPOLD, 2010). Nesse sentido realizou-se a coleta de dados das matrizes curriculares dos cursos de psicologia brasileiros no site do MEC (Ministério da Educação e Cultura), verificando

as disciplinas referentes à avaliação psicológica e descrevendo o panorama da carga horária alocada à avaliação psicológica nas matrizes.

Método

A proposta da pesquisa documental (GIL, 2002) levou a busca das informações relativas aos cursos de psicologia cadastrados na plataforma do Ministério da Educação e Cultura <http://emec.mec.gov.br/>. Este sítio apresenta o cadastro de todos os cursos reconhecidos e oferece uma série de informações pertinentes, como: ano de fundação, nota no Índice Geral de Cursos – IGC (indicador da qualidade em todos os cursos- graduação, mestrado, doutorado - oferecidos pela instituição); Conceito Preliminar do Curso– CPC (que traduz o resultado da avaliação de desempenho de estudantes); Conceito do Curso – CC; e outras como e-mail para contato e site da Instituição de Ensino Superior (IES).

Utilizando dos dados disponíveis foi realizada a busca das matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior, que quando disponíveis foram salvas em formato PDF, DOC e XLS (assim como seus afins) para análise *off-line*. Desses distingue-se nas matrizes curriculares dos cursos de psicologia a carga horária destinada à formação teórica e prática em avaliação psicológica.

Relativa à busca das matrizes curriculares dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura a presente pesquisa assumiu caráter censitário. As análises que se seguem são relativas aos dados gerais, disponíveis *on-line* e dos específicos das matrizes que foram encontradas nos *sites* das faculdades ou que tenham sido disponibilizadas a partir dos contatos (até 3 tentativas por *e-mail* e por telefone).

Para que os dados coletados fossem integrados à amostra consideraram-se as faculdades que apresentavam, na data da coleta, a carga horária e a data de funcionamento do curso. Foram automaticamente excluídas da amostragem aquelas sem as categorias supracitadas, bem como cursos com zero vaga. No caso da mesma instituição apresentar várias inscrições de cursos com os mesmos dados (carga horária, data de início do curso, modalidade, grau, estado, município, endereço), foi mantida a inscrição comparativamente mais completa levando em conta os conceitos ENADE (que tem o objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação), CPC e CC. Para as análises buscou-se, junto as instituições as matrizes curriculares. As instituições que apresentavam os dados requeridos para pesquisa e não disponibilizava a matriz curricular foi realizado contato direto solicitando o documento – que foi anexado conforme o envio.

Resultados e Conclusões

O Brasil dispõe de 767 cursos de psicologia distribuídos entre os 26 estados e o distrito federal. Foram coletadas nas matrizes disponíveis as disciplinas referentes à avaliação psicológica: Testes Psicológicos Testagem Psicológica, Técnicas de Exame Psicológico (TEP), Técnicas de Avaliação Psicológica (TEAP),

Métodos e Medidas em Avaliação Psicológica, Optativas em Avaliação Psicológica, Psicometria e/ou seus correlatos.

Para fins de tabulação e discussão de dados optou-se por agrupar os estados e o distrito federal em cinco macrorregiões: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Desta feita, com os dados coletados para tabulação *off-line* os resultados seguem abaixo.

Em todo o Brasil (nos 26 estados e no Distrito Federal) foram encontrados 535 cursos de psicologia que atendiam aos critérios de investigação desta pesquisa (sem repetição no EMEC e que apresentassem carga horária e data de início do curso). Entre eles é observada uma variação de carga horária de 974 horas a 9700 horas, com uma média 4257,27 horas por curso em todo território nacional. Dos 535 cursos cadastrados, foram analisadas 256 matrizes (disponíveis nos *sites* institucionais ou recebidos após contato) para a análise das disciplinas alocadas à formação em avaliação psicológica, num total de 47,85% dos cursos. Entre as cargas horárias analisadas, observou-se uma variação – tomando duas matrizes de 4000, entre 36 horas ou 0,90% a 640 horas ou 16,00% na carga horária disponível para a formação específica em avaliação psicológica. Com uma média de 257,11 horas ou 6,06% de carga horária em avaliação psicológica para os 256 cursos que apresentam a carga horária para a análise.

Em análise da carga horária total dos 535 cursos citados verificou-se que 0,93% tem até 3000 horas, com a menor carga horária contando com 974 horas; 5,79% dos cursos tem entre 3001 à 3955 horas; 38,88% dos cursos tem entre 4000 e 4048 horas, valor que margeia o estipulado pelo CFP, de 4050 horas, para a titulação de psicólogo (CFP, 1999); 23,55% dos cursos tem entre 4050 horas e 4222 horas; 26,54% vão de 4260 horas até 5000, ultrapassando significativamente o valor padrão de 4050 horas; e 4,30% tem mais de 5000 horas, chegando até o valor limite de 9700 horas, até dez vezes maior do que a menor carga horária encontrada nesta pesquisa. Dentre todas as 535 cargas horárias pesquisadas, 291 cursos ou 54,39% da amostra estão de acordo com o determinado e apresentam carga horária maior ou igual à definida pelo CFP para a titulação de Psicólogo.

Entre os 256 cursos brasileiros de psicologia que disponibilizam a matriz para análise alguns destinavam às disciplinas optativas, horas de formação específica em avaliação psicológica. A soma de todas as optativas de avaliação psicológica corresponde a 0,25% da carga horária.

Verificou-se que a região Norte conta com 38 cursos de psicologia distribuídos entre os estados do Amazonas, Amapá, Tocantins, Acre, Pará, Roraima e Rondônia. Desses cursos 39,47% apresentam a matriz curricular (no total de 15 cursos) disponível para a tabulação da carga horária em avaliação psicológica. A carga horária total dos cursos varia entre 3150 horas a 4920 horas, com a média de 4182,08 horas por curso. Considerando a legislação vigente (CFP, 1999) que estabelece a carga horária mínima para a formação de Psicólogo de pelo menos 4050 horas, tem-se que 47,37% (18 cursos) dos cursos apresentam-se adequados à legislação. Analisando as disciplinas referentes aos testes

psicológicos nas matrizes disponíveis (15 cursos) verificou-se que a carga horária alocada à formação em avaliação psicológica varia de 80 horas (em uma matriz de 4200 horas) à 525 horas (em uma matriz de 4215 horas), correspondendo a 1,90% e 12,46%, respectivamente. A média de carga horária em avaliação é de 288,87 horas e 6,72% no geral. Tais resultados apresentam uma discrepância relevante, chamando a atenção para a discussão sobre a formação deficitária na área (Noronha *et al.*, 2010).

A região Sul com os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná conta com 122 cursos de graduação em psicologia dos quais 88 cursos apresentam a matriz curricular disponível para análise (percentual de 72,13%). Obtém-se uma variação de 974 horas a 8676 horas nas cargas horárias, um grande índice de variação, resultando em uma média 4222,35 horas por curso. Dada a legislação definida pelo CFP (1999) encontramos 58 cursos (47,54%) dentro da carga horária determinada pelo CFP para a formação de Psicólogo. Entre as matrizes disponíveis (88 cursos) a carga horária distribuída entre as disciplinas de avaliação psicológica varia de 72 horas (numa matriz de 4012 horas, ou 1,79%) à 480 horas (numa matriz de 4010 horas ou 1,79%); sendo que o percentual varia de 1,72% (72 horas numa matriz de 4194 horas) e 11,97% (480 horas em uma matriz de 4010 horas).

No nordeste do Brasil que engloba os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia são encontrados 102 cursos de psicologia, dos quais 54 cursos ou 51,96% apresentam a matriz curricular para discussão. Nos 102 cursos pesquisados temos uma variação de carga horária entre 2820 horas a 8248 horas, e média de 4309,63 horas. Dos 102 cursos correspondentes à região 68 cursos ou 66,67% atendem a determinação do Conselho Federal de Psicologia para a formação de Psicólogo. Alocada a formação em avaliação psicológica a carga horária analisada (54 matrizes) varia de 120 horas ou 3,00% (em uma matriz de 4000) à 360 horas ou 7,41% (em uma matriz de 4860 horas). Em valores percentuais a formação em avaliação psicológica varia de 2,88% (correspondentes à 130 horas em uma matriz de 4520 horas) e 10,64%, ou 300 horas (tendo como referência uma matriz de 2820 horas).

Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo compõem o Sudeste brasileiro que conta com 227 cursos de graduação em psicologia, aonde apenas 82 cursos, ou 36,12% apresentam a matriz curricular para análise das disciplinas. Entre todas as cargas horárias analisadas (227) observou-se a variação de 2808 horas a 9700 horas para formação em psicologia, com uma média de 4232,03 horas por curso; da menor para a maior matriz da região a diferença é de 6892 horas, aspecto relevante para avaliar quantitativamente a formação. Levando em conta as determinações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) para a formação de Psicólogo, encontramos 119 cursos em consonância, totalizando 52,42%. Das disciplinas referentes à formação na área de avaliação psicológica, tendo como referência uma matriz de 4000 horas, vê-se uma variação de 36 horas ou 0,9% a 640 horas ou

16,00%, dado que sustenta a advertência feita por Noronha (2006) de que há cursos que apresentam uma carga horária insuficiente, disciplinas com carga horária reduzida e infladas de conteúdo.

A macrorregião Centro-Oeste composta pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e pelo Distrito Federal possui em sua extensão 46 cursos de psicologia cadastrados, dos quais se encontra disponível para análise a matriz curricular de 18 cursos, um percentual de 39,13%. Entre a carga horária de todos os cursos (46) a maior apresenta 9600 horas e a menor 2850 horas, média de 4420,41 horas. Utilizando a normativa instituída pelo CFP que determina um mínimo de horas para a formação de psicólogo, obtém-se 28 cursos ou 60,87% em consonância com o determinado. Tomando a carga horária orientada para a formação em avaliação psicológica nas 18 matrizes disponíveis, encontra-se uma variação entre 150 horas (que correspondem a 3,75% em uma matriz de 4000 horas) e 576 horas (ou 13,38% de uma matriz de 4304 horas). Sendo este último valor (13,38%) correspondente ao percentual de carga horária máxima para a formação alocada à avaliação no Centro-Oeste e o menor percentual dessa amostra de 2,50% (ou 240 horas em uma matriz de 9600 horas).

Verificaram-se entre as 256 matrizes analisadas que a carga horária alocada à formação em psicologia é pequena diante o total das horas oferecidas nos cursos. O total percentual das horas alocadas, especificamente, à avaliação é de 6,00%. Diante das responsabilidades conferidas pela formação, principalmente, em um campo de extensas habilidades como é o caso da avaliação psicológica pode-se considerar esse percentual de 6,00% deficitário. Endossando a afirmação de que a prática em avaliação tem-se distanciado da solidez da teoria (NORONHA, 2006), e a carga horária destinada para formação apresentada insuficiente. Para realizar a avaliação psicológica de forma contextualizada com a realidade e assegurando não apenas o uso da técnica, mas também as dinâmicas e observações envolvidas, a integração de todo esse processo permanece comprometida dada a escassa formação.

Pode-se atribuir ao planejamento curricular a qualidade do ensino ofertado (YUKIMITSU, 2002 *apud* NORONHA *et al.*, 2005). Diante os dados apresentados compreende-se que as matrizes curriculares não têm sido direcionadas adequadamente à formação em avaliação psicológica, disciplina chave dessa pesquisa, como também da formação em psicologia (consta nesta pesquisa- das 256 matrizes analisadas, dois cursos com apenas 36 horas – ou 0,90% em uma matriz de 4000 horas - destinadas à formação em avaliação psicológica; das 535 cargas horárias tabuladas 45,6% tem menos de 4050 horas, num total de 244 cursos). Ao contrário, vê-se a formação sendo orientada para a política de mercado, aonde graduados em menos tempo oferecem maior lucratividade para a IES.

O estímulo à pesquisa e à produção de materiais científicos, a ampliação das áreas de especialização não tem sido acompanhadas pela integração dessas práticas à formação em avaliação psicológica e, em análise complementar, em psicologia. Tal dado destoa do objetivo da formação básica que prima por um

profissional qualificado nas diversas áreas de atuação em psicologia, capaz de lançar mão dos instrumentos necessários e desempenhar na prática os adendos desenvolvidos durante a formação.

Espera-se que este estudo contribua para o panorama do ensino em psicologia e, em especial, em avaliação psicológica no Brasil. Integrando condições para se repensar a formação e conseqüentemente a elaboração das matrizes, com vias a estabelecer um ensino que atenda às expectativas do mercado conciliando-as à busca pela excelência na formação dos graduandos. Considera-se que o presente trabalho respondeu aos objetivos propostos, sem fechar-se em si, e abriu espaço para novas discussões considerando-se outros tópicos de formação, sem esgotar o assunto.

Referências

- Araujo, S.F. (2009). Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. *Temas em Psicologia*, 17(1). 09-14.
- Baptista, M.T.D.S. (2010). A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 170-191.
- Bastos, A.V.B. & Gomide, P.I.C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(1), 6-15.
- Brasil. (1962). *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4119&tipo_norma=LEI&data=19620827&link=s
- Carvalho, M.T.M. & Sampaio, J.R. (1997). A formação do psicólogo e as áreas emergentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(1), 14-19.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (1999). Protocolo de Formação de Psicólogos é Assinado na América do Sul. *Jornal do Federal*. Informativo do Conselho Federal de Psicologia. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003a). *Resolução nº 002, de 24 de março de 2003*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003b). *Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2005). *Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. *Resolução nº 013, de 14 de setembro de 2007*. Brasília, 2007.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). *Resolução CFP nº 005, de 8 de março de 2012*. Brasília.
- Cruz, R.M., Alchieri, J.C., & Sardá Junior, J.J. (Orgs). (2002). *Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Finelli, L.A.C. (2013). Docência em avaliação psicológica: a formação em Minas Gerais – Brasil. In: Silva, B.D., Almeida, L.A., Barca, A., Peralbo, M., Franco, A. & Monginho, R. (Orgs.). *Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho.

- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Júnior, A.S., Catarini, M. & Prudente, R.C.A.C. (2006). 1945-1962: Os antecedentes da regulamentação da psicologia como profissão no Brasil. *CES Revista*, 18(1), 157-167.
- Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Noronha, A.P.P. (2006). Formação em avaliação psicológica: uma análise das disciplinas. *Interação em Psicologia*, 10(2), 245-252.
- Noronha, A.P.P. & Alchieri, J.C. (2004). Conhecimento em avaliação psicológica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 21(1), 43-52.
- Noronha, A.P.P., Batista, M.A., Carvalho, L., Cobêro, C., Cunha, N. B., Dell'Agliá, B.A.V., Filizatti, R., Zenorini, R.P.C. & Santos, M.M. (2005). Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. *Revista Universitas Ciências da Saúde*, 3(1), 1-14.
- Noronha, A.P.P. & Reppold, C.T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 192-201.
- Noronha, A.P.P., Carvalho, L.F., Miguel, F.K., Souza, M.S. & Santos, M.A. (2010). Sobre o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146.
- Nunes, M.F.O., Muniz, M., Reppold, C.T., Faiad, C., Bueno, J.M.H. & Noronha, A.P.P. (2012). *Avaliação Psicológica*, 11(2), 309-316.
- Pasquali, L. (2006). *Técnicas de exame psicológico: T.E.P manual*. Vol. 1 Fundamentos das Técnicas Psicológicas. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paula, A.V., Pereira, A.S. & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, 12(1), p. 33-43.
- Primi, R.; Nascimento, R.S.G.F. & Souza, A.S. (2004). Critérios para avaliação de testes psicológicos. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP (Org.). *Avaliação dos testes psicológicos*: relatório. Brasília.
- Vilela, A.M.J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 28-43.